

ONDE ESTÁVAMOS EM 1964 E ONDE ESTAMOS 60 ANOS DEPOIS.

Francisco (Xico) Celso Calmon¹

Há 60 anos o Brasil sofria o maior atentado à história de sua florescente democracia, o golpe de Estado de primeiro de abril de 1964, em que as elites militares, civis e religiosas, respaldadas e incentivadas pelos EUA, manipulando parcelas da classe média conservadora, usurparam pelas armas o poder do governo João Goulart, legitimamente eleito pelo povo.

A Ditadura Militar cometeu monstruosa ilegalidade, multiplicada com o tempo, sobretudo quando começou a usar amiúde a violência para calar a oposição. Era rotina sequestrar, torturar, assassinar, banir e apropriar-se dos bens dos que tiveram a coragem de resistir àquela gigantesca árvore podre de barbáries, que se entranhou por 21 anos, sem que tivesse sido extirpada totalmente, e, tal qual um câncer, suas metástases persistem desafiando a construção da democracia brasileira.

O golpe de 1964 pegou-me quase que literalmente de calças curtas. Faço parte de uma geração que até aos 12/13 anos tinha por costume e obrigação o uso de calças curtas. Tinha 16 anos. Atuava no movimento estudantil desde os 14 e aos 16 estava como diretor do grêmio do colégio estadual e como secretário da UESES – União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo. Era o redator-chefe do jornal da entidade, escrevia num encarte quinzenal de um dos jornais da cidade e falava semanalmente numa rádio local.

A militância estudantil custou o meu fichamento e monitoramento (1965 a 1988) pelos órgãos de informação e, em meados de 1965, aos 17 anos, por orientação da Ação Católica, fui para o Rio de Janeiro, onde assumi a direção regional da JEC – Juventude Estudantil Católica – em lugar de Ives Lesbaupin.

No Rio, fui eleito vice-presidente da AMES - Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas, e assumi a presidência no ano seguinte, 1966, por conta da renúncia do presidente, que já havia sido detido três vezes, uma delas comigo, pelo DOPS, e, como tinha residência conhecida, tornou-se alvo fácil da intimidação dos agentes da ditadura. A cada ano a repressão exponenciava.

1 Francisco Celso Calmon Ferreira da Silva, analista de TI, advogado, administrador, colunista do GGN e do Brasil247, organizador da RBMVJ, escritor, coordenador do Canal Pororoca, membro da coordenação do Movimento Geração 68 Sempre na luta, foi dirigente regional da AP, do NML - Núcleo Marxista-leninista e do Colina/VAR-Palmares.

O AI5 colocou o Brasil num imenso pau de arara!

O Ato institucional de nº 5 de 13/12/1968 não foi um golpe dentro do golpe, não existe essa figura, fora a troca de comando entre os grupos militares, que variou, conforme a correlação de forças entre eles, desde antes e durante a ditadura. Esse ato institucional deu licença para calar, caçar, matar, emparedar, censurar, aprisionar, e acabou com a réstia das liberdades democráticas e colocou a resistência no caminho da luta armada, corrente da qual participei.

O ano de 1968 começa com o assassinato do estudante secundarista Edson Luiz pela PM do RJ. Comoção, revolta e indignação desembocam numa grande passeata e manifestações pelos estados brasileiros. **“Podia ser seu filho!”**

No final de 1968 a casa de minha mãe foi invadida, sem mandado algum, por agentes da PF, e ela, viúva, humilhada em frente a três filhos, dois menores. Em janeiro de 1969, tentam me prender no trabalho. Em fevereiro, no casamento de minha irmã, invadiram a igreja à minha caça, permaneceram durante a cerimônia, intimidaram a confraternização no salão anexo, cercaram o prédio de minha mãe e a rodoviária. Para sobreviver, escapei no carro dos noivos e a lua de mel foi sacrificada. Foi a contramarcha nupcial.

Escapei de quatro tentativas de sequestro, não da quinta: fui preso com mais duas companheiras, sendo uma a minha namorada de 16 anos, no RJ em 4 de novembro de 1969, mesmo dia em que Carlos Marighela, comandante da ALN, foi assassinado em SP.

A tortura que mais senti foi o terrorismo psicológico: ameaçavam esturpar a minha namorada e colocar a minha mãe nua na minha frente; a tortura moral consistiu na visita de um primo-irmão, ex-tenente do Exército, que em lugar da solidariedade saudou-me com estas palavras: *“...aqui você está conhecido como rebelde, não quer colaborar, aqui é na porrada mesmo, é a lei do cão...”*; a tortura física foi ficar 59 dias, nu ou de cueca, numa solitária de 1,50 por 2 m, aproximadamente, além dos choques elétricos, coronhadas, chutes, e a negativa de atendimento dentário tornando insuportável a dor, ocasião em que proferi xingamentos que resultaram na volta à solitária. Fui à clínica depois, dentro da própria Vila Militar, algemado e a pé. Na volta, o sargento Rangel dizia para eu fugir, enquanto segurava o coldre da 45. Quando fui libertado precisei retirar dois dentes e havia uma costela quebrada.

A promiscuidade de uma unidade do Exército brasileiro, PE, com o Esquadrão da Morte foi algo que me chocou. Sou testemunha de presos comuns saírem de lá, semanalmente, para a morte, e os recrutas diziam no dia seguinte que saíra no jornal que “fulano havia virado presunto”. Não só com as milícias, como também com a contravenção de armas, pelo ex-capitão e bicheiro Ailton Guimarães e o tenente Ailton Joaquim.

Fazia apenas duas semanas que eu estava na PE da Vila Militar quando o companheiro Chael Charles, da VAR-Palmares, foi assassinado, eu ouvi seus gritos e estertores até o silêncio completo da sua voz. No mesmo tempo a companheira Maria Auxiliadora de Lara Barcellos era barbarizada. Cometeu suicídio em Berlim.

No Hospital Central do Exército, para o qual fui levado, presenciei alguns casos de como uma unidade de saúde fora também utilizada para a barbárie.

Após onze meses de cárcere, fiquei em liberdade condicional, em casa de minha mãe, transformada numa espécie de prisão domiciliar (não havia tornozeira eletrônica). O Exército do ES enviava semanalmente um capitão médico para ver se eu já estava curado da hepatite medicamentosa (tudo indica inoculado no HCE) e suspeita de tuberculose. E os mesmos que me sequestraram, cel. Paulo Malhães (o senhor da Casa da Morte de Petrópolis), e equipe foram à casa de minha mãe fazer terrorismo, dizendo *“que, se eu achava que os tinha enganado, não tinha, não, que eu iria voltar pra lá, que era bom falar logo, que eles já sabiam quem eu era...”*. A permanência de minha mãe, mesmo sendo insistentemente dispensada pelos agentes, ajudou a não terem extrapolado, penso.

De sementes venenosas adubadas pela traição à democracia e ao Brasil, o golpe fez nascer uma árvore do mal. Seus galhos produziram frutos igualmente nocivos: extinção das liberdades democráticas; arrocho salarial, salários mínimos raquíticos; inflação a 242,7% quando José Sarney assumiu o governo de transição; corrupção nas empresas, na política e nas famílias dos ditadores; subversão nas Forças Armadas, com os desmandos dos membros do Doi-Codi, independente de patentes, tal qual as SS de Hitler; 6.952 militares atingidos pela ditadura; cultura asfixiada, imprensa manietada; violação de correspondências, sigilos bancários quebrados, grampos telefônicos, ódio e delação estimulados até entre familiares; duas gerações ceifadas da participação política.

O Brasil de 64 vivia uma efervescência cultural jamais vista antes e depois, no teatro, no cinema, na literatura, nas músicas e carnavais. Os movimentos organizados, sindicais, populares, culturais, estudantis, tinham grande participação na vida política e social do país. O projeto de alfabetização de adultos de Paulo Freire era um verdadeiro mutirão em que nós jovens participávamos, íamos às comunidades. As reformas de base do governo Jango, agrária, bancária, fiscal, urbana, administrativa e universitária, eram demandas das forças políticas democráticas com muita participação popular, e não eram para nós uma quimera, um sonho, mas algo realizável num horizonte de curto prazo. Aquele Brasil nunca mais voltou a existir, e apesar da miséria e das dificuldades era um Brasil mais feliz do que o da atualidade, cuja sociedade sofre um processo de fascistização, notadamente na polícia e na política. Entidades atuavam com muito mais vigor, tanto na atividade de formação

quanto na de mobilização. A militância tinha sede de saber, lia, debatia, as vezes nos bares *faziam* a revolução imaginada, mas não era cosmética. Havia um projeto de nação!

Existiam condições de resistência militar e civil ao golpe, Jango não as acolheu para evitar derramamento de sangue, segundo declarou à época. Entretanto, isso não foi evitado, porque nós da resistência, armada ou não, tivemos nosso sangue derramado.

Segundo pesquisadores, o legado da ditadura é este: 4.862 mandatos de parlamentares cassados, 245 estudantes expulsos das Universidades pelo Decreto 477; Congresso Nacional fechado 3 vezes, 500 mil brasileiros colocados sob suspeição, 200 mil investigados, 20 mil torturados, entre eles 95 crianças/adolescentes (uma delas a que veio ser mãe dos meus três filhos), 19 crianças sequestradas e adotadas ilegalmente por militares; em torno de 9.540 indígenas e camponeses mortos; 210 brasileiros ainda desaparecidos entre os 434 mortos/desaparecidos registrados pela Comissão Nacional da Verdade; 536 intervenções em sindicatos; extinção e colocação na ilegalidade de entidades estudantis, UNE, UBES, Ames e demais. (Todos os números sujeitos a atualização com o tempo).

A Lei de Anistia de 1979, promulgada pelo último ditador, o gal. Figueiredo, não foi ampla, geral e irrestrita, como pugnada pela sociedade, através dos comitês brasileiros pela anistia – CBA, porém, foi ela que trouxe os nossos irmãos exilados e banidos da pátria. Foi aprovada em condições precárias, pois uma das partes tinha os fuzis e a outra estava sob suas miras. Não fora fruto de nenhum pacto. Teve como eixo a reparação profissional dos prejuízos causados pela ditadura e o eixo da memória e da verdade levaria 33 anos para começar a configurar o início da justiça de transição no Brasil.

A lei, capciosamente interpretada pelos juristas pró-ditadura como sendo recíproca aos criminosos de lesa-humanidade, ainda no presente carece de verdadeira interpretação, à luz da história e da doutrina jurídica.

Nas eleições de 1974, o partido da ditadura, Arena, sofreu uma derrota esmagadora, o regime estava em franca decadência, política, social e econômica. Também neste ano a guerrilha no Araguaia é derrotada, após infligir muitas baixas no Exército, que utilizou até napalm contra os guerrilheiros. Este é um capítulo à parte.

De 1983 a 1985, desenvolve-se um forte movimento massivo pelas eleições diretas. Inobstante a imensa participação popular, não foi vitorioso. A globo venceu!

Depois da anistia em 1979, a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos foi instituída em 1995 e a Comissão de Anistia em 2002, ambas no governo Fernando Henrique Cardoso. Somente em 2011 foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) pela presidenta Dilma Rousseff.

Aos 60 anos da implantação da ditadura militar, neste terceiro governo Lula, que retira o Brasil do nefasto comando militar, com claras cores fascistas, a Comissão de Anistia está com poucos recursos financeiros e a Comissão de Mortos e Desaparecidos ainda não foi reestabelecida.

Com a súmula 647 do STJ de 10/3/2021, todos os que foram atingidos física e moralmente têm o direito de pleitear indenização e o Estado o dever de reparar.

Os inderrogáveis crimes de lesa-humanidade não foram fruto de excessos dos agentes e nem da ação isolada de alguns psicopatas. Foram consequência de uma política de Estado, como comprovam os documentos dos arquivos dos EUA, e num deles o gal. Geisel autorizou o assassinato dos combatentes da ditadura que fossem considerados perigosos. Não apenas ele, Costa e Silva, Médici e o ditador Figueiredo sabiam de tudo e anuíram. São provas de um Estado terrorista em coautoria dos EUA e parceria com as ditaduras da Argentina, Bolívia, Chile, Peru, Uruguai, que organizaram a operação Condor.

A CNV comprovou de modo inequívoco a sistemática ação de militares e a utilização de instalações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, pagas com dinheiro público, na prática das graves violações dos direitos humanos, detenções ilegais, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres, a partir de cadeias de comando que operaram no interior do Estado.

O Brasil não puniu os criminosos da ditadura, sequer os processou, assim, está condenado a carregar em seu ventre as sementes da violência do Estado e a impunidade como DNA da história do país.

A polícia militarizada é produto da ditadura, e se antes o alvo éramos nós, os resistentes, nesta democracia são os pobres, negros, LGBTQI. Democracia não pode tolerar a tortura e a insegurança dos mais vulneráveis socialmente.

Foram os herdeiros da ditadura que golpearam em 2016 o governo Dilma, colocaram traidores e neonazifascistas no poder, cujo resultado foi o retrocesso político, econômico, social, e o mais atroz genocídio.

A prisão de 580 dias do Lula significou a falência do Judiciário, a vitória do lawfare. A justiça ainda não se fez!

Como ontem, o golpe foi planejado e contemplou a direita conservadora, os militares golpistas e também aos interesses geopolíticos dos EUA, que não se conformam com o BRICS, Mercosul e a reorganização internacional do poder.

O pragmatismo republicanista é a nova cara do reformismo e da conciliação de classes. Mesmo produzindo algumas políticas necessárias ao bem-estar do povo, não impediu boicotes na política econômica e nem evitou

golpes. O pragmatismo vem gerando uma militância do “sim, senhor”, sem mobilizar ou fomentar a consciência de classe, sem as quais não haverá transformações estruturais, como não houve nesses anos de uma democracia submetida a um fio de alta tensão desencapado.

As mãos que golpearam ontem e afagaram na eleição de 2022 são as mesmas que trairão no futuro. A democracia foi rompida em 2016, violentada em 2018, corrompida entre 2019 e 2022, pisoteada na intentona de 8 de janeiro de 2023, e segue na corda bamba. Não sobreviverá por muito tempo, se mantiver em seu ventre a impunidade dos seus inimigos.

Entre tentativas e realizações de golpes foram 11 desde a Proclamação da República. A derrota da intentona bolsonarista servirá como exemplo de uma resistência vitoriosa. Acovardar-se, não mais! Entretanto, é necessário registrar: foi urdida por chefes militares e polícias, políticos e populares, e a resistência foi institucional dos três poderes atingidos.

A GLO (Garantia da Lei e da Ordem) é uma tentação para golpistas. Para a sustentação da democracia, o art. 142 da Constituição deve ser excluído.

É má fé ou ingenuidade prometer governo acima das classes, outrossim, é moralmente criminoso anistiar os que atentaram contra a democracia e cometeram genocídio contra um povo sem defesa.

Toda sociedade dividida em classes nutre interesses contrários. Em última instância, quando uma política favorece ao capital, prejudica o trabalho, o inverso não.

A guerra híbrida para golpes, utilizando das armas, das interpretações capciosas das leis e do lawfare, está a pleno vapor no Brasil e alhures, como foi o lavajatismo, o atual presidencialismo castrado e como é o veto na ONU.

O mundo caminha para a sua autodestruição, seja pela terceira guerra mundial ou pela ação predatória do sistema à natureza.

Nesse quadro, a contradição principal é entre o fascismo e a democracia, entre o barbarismo e o humanismo. Por isso, é necessária a união das forças democráticas, sem, entretanto, anatemizar a contradição estrutural do sistema capitalista e a luta ideológica. Pois, capitalismo e democracia coexistem por um tempo, mas não por todo tempo, haverá inexoravelmente o momento de ruptura ou retrocesso. A utopia comunista prevê uma sociedade sem classes e sem estado. O capitalismo social-democrata pressupõe um estado robusto para dar norte a uma economia com crescimento voltado para a distribuição de renda. O neoliberalismo extremado necessita do fascismo.

O governo Lula 3 está cercado pelos três êmes – mercado, mídia, militares, e sua continuidade e posteridade dependerá cada vez mais da disputa eleitoral para o Legislativo e da organização do povo em comitês populares

de defesa da democracia. No cenário internacional o protagonismo cresce na mesma medida em que atrai inimigos poderosos. O xadrez é pesado, e eles jogam com as brancas. Detêm a tecnologia que escraviza as pessoas.

Não alcançamos paridade de armas, é uma luta muito desigual.

Concebemos na atualidade a justiça de transição compreendendo todos os períodos traumáticos do Brasil: colonização, escravidão, ditaduras e o bolsonarismo.

Os movimentos engajados nessa luta não olvidarão esforços para que o governo Lula dê seguimento ao que se iniciou no governo Dilma, fazendo o Estado cumprir as 29 Recomendações da CNV, como ponto de partida e não de chegada.

Não temos hoje um movimento pela anistia, mas um movimento “Sem Anistia!”.

Em 64, estávamos numa democracia participativa, foi golpeada e implantada uma ditadura feroz; em 2024, estamos recém saídos de uma feroz intentona da extrema-direita e reconstruindo o Estado democrático de direito.

Com a criminalização dos militares, policiais e políticos envolvidos na intentona bolsonarista de 8 de janeiro de 2023, inicia-se o que denominei de justiça de transição reversa.

Rompido o lacre da histórica impunidade dos militares golpistas, mais uma barreira será rompida, restará a do STF com a pendente (12 anos) reinterpretar a lei da anistia, e, então, as condições estarão livres para escancarar a verdade do golpe de 64, da feroz ditadura militar, e responsabilizar os agentes das gravíssimas violações dos direitos humanos, reparar os familiares dos mortos e desaparecidos políticos, aos atingidos diretamente e aos afetados pelos efeitos transgeracionais.

Levar memória e verdade às ruas e ouvi-las é o processo dialógico para ser produzido um projeto de nação.

Este livro é parte desse processo!

Janeiro de 2024

<https://www.holofotenoticias.com.br/politica/entidades-de-direitos-humanos-querem-que-governo-lula-instale-comissao-permanente-por-memoria-e-reparacao;>

primeira atividade pública em auditório da UERJ/Maracanã. Nosso grupo se constituiu durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014) e assim se define:

O grupo de Filhos e Netos MVJ é um movimento social autônomo, suprapartidário de Direitos Humanos. Realiza atos públicos, pesquisa e projetos ligados ao tema da memória, verdade e justiça e da violência estatal de ontem e hoje...

Grupo de parentes e amigos de afetados pela Ditadura Civil-Militar: filhas e filhos, netos e netas, sobrinhas e sobrinhos... a voz de uma geração silenciada tem peso muito importante no atual golpe no Brasil!

A história dessas lutas não são herança familiar isolada, mas de toda sociedade. (<https://www.facebook.com/groups/790712550969875>)

Hoje esse coletivo já abarca pessoas de todo o país para refletir e definir estratégias e ações que viabilizem a produção e difusão dessas memórias apagadas, silenciadas, não só pelo direito à justiça e reparação, mas também o direito de toda a população conhecer a História produzida por diferentes sujeitos e os distintos contextos. Acredito que esse é um trabalho necessário para derrotar o fascismo.

MOSAICO DE MEMÓRIAS

Marcia Curi¹
Gisella Consani de Speranza²

Para Mamá Noemi y Gisella.
Para minha mãe, Rina Curi e meu pai,
Araken Vaz Galvão (in memoriam)

Neste 2024 o Brasil completa 60 anos de, como disse Chico Buarque, uma página infeliz da nossa História. Como sabemos, em 1964, o país marcou um tremendo gol contra quando, sorrateiramente, na calada da noite, tropas inimigas do então governo Jango e do povo brasileiro assaltaram de pronto a democracia, condenando o país a um triste, doloroso e brutal período que se alastrou por longos 21 anos. No sentido de “descomemorar” esse aniversário fui convidada a participar da coletânea “60 Anos do Golpe – Gerações em Luta” e, para realizar essa tarefa, precisei mergulhar em memórias e desmemórias sobre um episódio histórico que acabou por delinear meu percurso de vida. Tenho dificuldade em lidar com o passado. Desenvolvi uma espécie de bloqueio pra lidar com situações que envolvam tensão e sofrimento. Contudo, acredito ser fundamental nos apropriarmos da nossa história para, a partir dessa apropriação, reconhecermos o passado, entender o presente e pensar formas criativas de construir futuros mais bonitos.

Nasci em Montevideo/Uruguay no ano de 1971. Filha de pais que não hesitaram em comprometer suas vidas na luta contra um regime opressor, tive uma infância marcada por cortes bruscos de tempos, espaços e pessoas, o que acabou produzindo em mim uma espécie de amnésia vital para sobreviver a esses mesmos cortes. Refletir sobre o marco dos 60 anos do golpe militar, implica refletir sobre as tênues linhas que teceram minha trajetória e, sobretudo, reconhecer que as memórias fragmentadas que me definem são fruto de relatos alheios, da narrativa de outros e, muito possivelmente, carregadas da ludicidade própria da infância e do universo infantil.

Sobre minha infância, soube muitas histórias, algumas que parecem ter sido inspiradas em contos de ficção. Soube, por exemplo, que quando estava com

1 Marcia Curi Vaz Galvão vive no Brasil desde 1979. Estudou Teatro, se formou como atriz e professora de Artes Cênicas, é mãe e professora atuante na Educação Pública.

2 Gisella Consani de Speranza, vive em Arpajón, Francia, y allí trabaja de Animadora de niños “Animatrice territoriale” desde hace 30 años.

1 ano e 3 meses, militares invadiram minha casa, com aquele tradicional pé na porta em plena madrugada e vasculharam a casa inteira procurando sabe-se lá o quê. Soube que permitiram que minha mãe, que era “membra” do grupo Tupamaros, trocasse minha fralda enquanto eu brincava com uma espingarda que havia sido colocada, pelos militares, ao meu lado na cama. Soube que nesse dia minha mãe, que se chamava Gladys Celina Curi Bermudez³, mas era conhecida como Rina Curi, foi levada pelos milicos, com um pano preto na cabeça e permaneceu desaparecida por uma semana. Soube que, após essa semana, minha mãe foi finalmente encontrada no “Batallón de Infantería Nº13”, em Montevideo, onde permaneceu encarcerada por quase 4 anos. Soube que visitava minha mãe na prisão, sempre levada pela minha tia Martha Rosa Curi Bermudez ou pelo meu pai Araken Vaz Galvão⁴. Soube que, durante a prisão da minha mãe, troquei de casa algumas vezes, vivendo inclusive com pessoas que eram, até bem pouco tempo, de origem desconhecida. Soube, ainda, que vivi em alguns países da Europa, quando estive exilada junto com minha mãe e que, aos 8 anos de idade, já havia aprendido a falar 5 idiomas, entre eles o sueco e o catalão. Poderia seguir páginas a fio contando sobre a chegada ao Brasil, no ano de 1979, com a pseudo Anistia implantada pelo então ditador João Figueiredo e que, aqui no Brasil, durante o início dos anos 80, precisamos nos esconder e mudar de casa algumas vezes (desta vez junto com minha mãe, seu marido Edgard José Fonseca Fialho e meu irmão Carlos Curi Fialho, que acabara de nascer) pois seguíamos sofrendo perseguições e ameaças. São tantos os fios que atam e desatam esse emaranhado de memórias que, diante da limitação editorial, escolho um episódio recente, que julgo ser digno de um conto do realismo fantástico.

No dia 22/05/21, recebi via rede social a seguinte mensagem:

“Hola, me llamo Gisella Consani, busco a una niña, que hoy debe tener unos 50 años, Marcia.

Marcia hija de Rina, uruguaya y de Jaques Araquem, brasileiro. Rina estuvo presa con mi tía Zuleica.

Tu padre te trajo a casa y viviste con nosotros casi 2 años, dormías conmigo, llorabas de noche...

Yo tenía 8 años y tú 2 más o menos no me acuerdo bien de las fechas entre los años 72 – 76

3 Gladys Celina Curi Bermudez nasceu em Tacuarembó/Uruguay. Viveu a juventude em Montevideo, onde fez parte do Movimento de Libertação Nacional Tupamaros, foi presa em 1972 e solta em 1976. Foi para o exílio, na Europa com sua filha. Veio para o Brasil em 1979. Trabalhou como assistente social na Prefeitura do Rio/SMDS por muitos anos. Morreu em decorrência de câncer, em 2006, aos 59 anos.

4 Araken Vaz Galvão, brasileiro, baiano, sertanejo, nasceu em 1936 em Jequié/Bahia. Entrou para o Exército e foi considerado desertor após se opor ao regime militar. Viveu na clandestinidade e no exílio por mais de 10 anos. Voltou ao Brasil nos anos 80 quando pôde se dedicar a sua maior paixão, a escrita. Tem mais de 30 livros publicados. Foi membro fundador da Academia Valenciana de Letras. Morreu em decorrência de câncer em 2023.

Durante esos dos años todas las noches te canté el arrorró mi niño y el repertorio de María Elena Walsh hasta que te dormías

Quero pan, pan quero, quero agua, agua quero, cantabas vos...

Un día te vinieron a buscar, tu mamá desde la cárcel pensó que era mejor.

Yo te lloro desde el día en que te fuiste y me gustaría saber de tí.

Pasaron muchos años y ahora vivo en Francia.

Sos vos ???”

Ocorre que, como dito anteriormente, durante a prisão da minha mãe, por questões de ordem que não cabe citar nesta “escrivência”, fui levada para a casa de uma família - a família Consani, e permaneci por lá, pelo que soube, por um período de quase 2 anos. Minha mãe nunca falou claramente sobre esse período comigo. Aliás, tenho presente na memória um certo pacto com o silêncio que, por sua vez, foi trazendo à tona verdades proibidas. Nesse sentido, não sei se é possível traduzir em palavras o tamanho do impacto que foi receber uma mensagem como essa com quase 50 anos de atraso, e estando plenamente convencida de que esse passado já havia sido suficientemente trabalhado em intermináveis sessões de análise, assim como, na sanadora luta dedicada à educação pública, ofício que escolhi para minha vida, ou que o próprio destino, através de suas delicadas tramas escolheu para mim. O caminho de reencontro com o passado aberto a partir da chegada dessa mensagem e do encontro com Gisella e sua família vem possibilitando atualizações de tempos e espaços. A fresta, obstruída pela poeira dos anos e pelo silenciamento imposto, se abriu e segue abrindo novas perspectivas a respeito de um passado que parece querer ser cimentado a qualquer custo, mas que, desobediente e faceiro, invoca e impõe sua presença engendrando assim, novos horizontes. O que posso dizer sobre o reencontro com a família Consani? Posso dizer que descobri, 46 anos depois, que durante o período que passei com eles recebi afeto, cuidado e ganhei uma irmã. Gisella, que jamais se conformou com a forma como fui retirada da família, não só procurou por aquela criança por tantos anos, como também lhe rendeu uma homenagem, quando batizou sua 1ª filha com o nome de Marcia. Rendeu, ainda, a mim e minha filha, uma viagem para a França, país onde fui alfabetizada durante os anos de exílio e lugar para onde eu sempre soube que voltaria, mas jamais imaginei que seria dessa forma. Rendeu descobrir que o acolhimento ofertado há décadas, por Nelson e Noemi, se atualiza no presente e se estende à minha filha Clara. Mas, para além de tudo isso, ter tido o presente de me conectar com o passado de uma forma tão inesperada reorganizou minha órbita, preencheu lacunas, atualizou o tempo e, sobretudo, convidou ao perdão.

Quando trago essa bela palavra à superfície, não quero dizer, de forma nenhuma, que devemos esquecer ou “deixar pra lá” todos os horrores que deram a tônica durante os 21 anos do regime militar. Como dito ao início deste texto, o Brasil chega, neste 2024, ao marco de 60 anos de um tempo de horror e esse horror não apenas se aprofunda como também se atualiza justamente na sua própria negação. É preciso lembrar, pois não há justiça sobre algo que, hipoteticamente, não aconteceu. As obscuras e covardes práticas perpetradas pelos governos militares ao longo desse período não se limitaram a sequestrar, prender, perseguir, assassinar e desaparecer com qualquer pessoa que se posicionasse contrária aos interesses do golpe, a ditadura também sequestrou a memória e a colocou em cárcere privado, aniquilou famílias, exterminou presenças, estrangulou vozes. Não há perdão possível - não há Anistia, para crimes de lesa humanidade. Portanto, o perdão aqui trata da apropriação dos tempos *passado, presente e futuro* em respeito à *Memória e História* do país. É preciso reconhecer e brindar nosso passado não para chorá-lo, mas para sabê-lo, aprender com ele, identificar seus erros e nunca mais repeti-los. Sabemos que nosso passado recente não é reconhecido por parte significativa da sociedade brasileira e não me refiro apenas ao negacionismo que se espalha pelo Brasil e pelo mundo. A referência aqui trata de contribuirmos para que o país possa se educar à luz da *verdade histórica*, e nesse caminho, erguermos nossas mangas ocupando espaços sociais, sejam eles igrejas, praças públicas, centros comunitários ou (e por que não?) dentro de escolas. Investir numa educação pensada e discutida por todos nós, sociedade civil, viabilizando formas de promover, para além dos conteúdos programáticos, o desenvolvimento do pensamento crítico, da empatia e da solidariedade. Porque acredito com convicção (desculpem o trocadilho infame) que a tarefa de educar não é exclusividade de professores dentro de escolas, pelo contrário, entendo que toda e qualquer sociedade está intrinsecamente implicada na sua própria educação. Portanto, é necessária atenção e responsabilização sobre o que desejamos colher nos próximos 60 anos, sem perdoar o imperdoável, pensemos no simbolismo do perdão e sua capacidade de conduzir à libertação, visto que essa libertação é solo fértil para plantar novos amanhãs.

Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça.

“Mosaico de una Promesa Cumplida”

Gisella Consani de Speranza



Sem contar o encarceramento em massa da população negra. Na história de formação do Brasil, qualquer pessoa pode passar por violações, basta questionar o sistema.

Nesse sentido, é preciso procurar informações, aprender uns com os outros. Pois, essas trocas geram debates. E esses debates geram inquietações. Resgatar nossas referências é essencial para continuarmos a luta contra as imposições do Estado. A vida comunitária, uma forma solidária de sobrevivência e a luta cotidiana devem ser balizadores de conhecimento e vistas como forma de resistências. Entendendo que existem outras histórias para além da história única. Essas vivências do povo preto não devem ser descartadas. Essas reflexões sobre a importância das leis, sobre entender o racismo no sistema capitalista e a culpabilização dos pobres, nos faz perceber que contra colonizar o pensamento se faz necessário. Pois alguns discursos ganham o mundo, e o pensamento da classe dominante mantém as mesmas funções. A burguesia evoluiu e se moldou até atingir a soberania política, passando a representar o povo teoricamente, mas na verdade gerindo atos em seu próprio benefício.

Com isso, a questão do combate ao racismo fica num segundo plano, perdendo assim a compreensão dos princípios que fazem uma pequena oligarquia mundial se manter nas estruturas de poder e corrupção pelo mundo, sabotando o sonho de uma democracia e bem-estar social para todos. Portanto, cada dia o povo precisa se manter em alerta. Se manter organizado para continuar fazendo resistência e sempre fazendo a manutenção das memórias. Também pensar que enquanto não se criar um espaço de memória que gere um impacto social e consolide uma democracia de fato, nosso país vai precisar de tensionamentos através das lutas dos movimentos sociais. Algumas produções desses movimentos sociais em específico, os movimentos de mães e familiares que tiveram entes vitimados por violência letal do Estado, se fazem de maneira oral e estão sempre em processo de construção. Graças a esses processos de escuta afetiva, diversos profissionais já estão produzindo, junto aos movimentos sociais, políticas públicas que atendam grande parte da população, respeitando a diversidade cultural, sem deixar de considerar temas transversais que contribuem nos entendimentos das pluralidades. Promover a sociabilidade por meio de memórias, fazer trabalhos em redes, capacitar e incentivar a juventude para um desenvolvimento coletivo transcende qualquer conceito adquirido em espaços acadêmicos. A luta é coletiva. E líderes conscientes e aguerridos que estão sendo formados precisam aprender desde muito cedo o real significado de dizer que nossos passos vêm de longe, 60 anos de luta não são 60 dias.

NONÔ NOLETO - A MENINA QUE VIU A DITADURA NASCER

Nonô - Laurenice Noleto Alves¹

Apesar de morar na Fama, bairro da periferia Norte de Goiânia, eu não tinha nada de famosa. Ao contrário, era uma menina muito tímida, miúda e magricela, quase raquítica. Mas com a personalidade forte. Desde bebê, as irmãs mais velhas tentavam me ensinar a falar, pedindo-me que repetisse palavras comuns como mamãe, papai, água... E eu, sempre, lhes respondia balançando negativamente a cabeça e dizendo apenas “Non-Non”. Ganhei, assim, o apelido de “Nonom” que, fora da família, foi transformado em Nonô, tornando-se minha verdadeira identidade.

Ao completar 15 anos parecia ter no máximo 12, por isso não tive uma festinha de aniversário para comemorar a data especial como toda mocinha da época. Mentia a idade para menos um ano e, ainda assim, arrancava sempre uma exclamação de surpresa de todos que me perguntavam quantos anos tinha. Meu aniversário é em 10 de dezembro. Nasci no mesmo dia, mês e ano em que era promulgada a Declaração dos Direitos Humanos. Acredito, pois, que já nasci rebelde, contestando e com a missão de viver para defender os direitos de todos, todas e todes.

Era a quinta filha dos onze irmãos e irmãs da família Noleto. Meu pai, Louraci, um fiscal arrecadador do Estado, era muito severo na criação dos filhos. Principalmente das filhas – as cinco mais velhas. Todos tinham que cumprir normas rígidas como estar em casa e sentados à mesa nos horários das refeições, pedir benção ao pai pela manhã (à mãe, não nos obrigavam), as mais velhas não podiam cortar os cabelos, nem usar roupas de alças ou sair sozinhas com os namorados sem uma “vela”. Apanhei de meu pai por dizer “não”, desde os quatro anos de idade, por me negar a comer chuchu, e até quando já fazia faculdade, por insistir em usar saias curtas, na época do reinado das mini saias.

Alice, minha mãe, quase sempre, com um filho no colo, outro na barra da saia e mais um crescendo na barriga, gostava muito de cantar enquanto cuidava das lidas domésticas. E meu pai foi músico de uma orquestra filarmônica formada exclusivamente por garimpeiros, em Cassununga, uma pequena vila de Mato Grosso, onde sete dos filhos nasceram. Agora, como

¹ Jornalista, escritora e artesã licoreira.

fiscal, trabalhava num regime de 24 horas ininterruptas por 48 horas de folga, em minúsculos abrigos, nas principais saídas da cidade. Quase nunca mais tocava o seu violão, acompanhando minha mãe nas cantorias de fins de tarde, como era de costume antes de irmos para Goiânia em busca de escolas públicas para a filharada. Televisão era a grande novidade que estava chegando nas grandes cidades, mas não na periferia.

O cinema era praticamente a única opção de entretenimento - e namoro - da juventude brasileira, principalmente nas grandes cidades do interior do Brasil. E, de acordo com o código moral da época, somente no escurinho do cinema os enamorados podiam trocar beijos e alguns toques mais “avançados”. Vez por outra, no entanto, os moradores do bairro da Fama, onde morávamos, se reuniam na pracinha da Igreja São Pio X, cada um levando o seu próprio banquinho ou cadeira, para assistir a filmes ao ar livre.

Os convites, feitos com antecedência por meio de alto falantes móveis, chamavam para filmes com histórias de algum herói popular ou de uma santa da igreja católica, totalmente hegemônica à época e copatrocinadora do evento, junto com o Instituto de Pesquisa Econômica e Social – Ipês - entidade tipo não governamental que era mantida com dinheiro de alguns poucos políticos, militares e do grande empresariado nacional e internacional. Durante meses - ou anos -, antes do filme principal, o Ipês exibia pequenos filmetos ensinando as crianças como escovar corretamente os dentes; e, como o Presidente dos Estados Unidos, John Kennedy e sua linda esposa Jack, eram caridosos distribuindo roupas usadas e leite em pó para miseráveis de países do terceiro mundo, dentro do programa “Aliança para o Progresso”.

E, seja nas praças da periferia das grandes cidades ou de cidadezinhas que sequer apareciam nos mapas, nos cinemas de bairro ou de luxo das grandes cidades, em todos eles, antes do filme principal passava-se nas telas um “filme nacional”, de no máximo 15 minutos, muito bem feito, esbanjando-se técnica, roteiro, locução e imagens. Todos produzidos pelo Ipês (no total eram 14 deles, que ainda hoje podem ser encontrados no acervo do Museu Nacional), trazendo como temas dois grandes grupos: de um lado, os movimentos políticos, estudantis e sociais e, de outro, as Forças Armadas e a classe empresarial da época.

De início foram mostrados os filmes com os estudantes e sindicalistas fazendo passeatas gigantescas, correndo da polícia. Eram cenas reais de atividades da CGT (Central Geral dos Trabalhadores) e de entidades representativas de estudantes secundaristas e universitários, como a CGE, UBES, UNE e partidos políticos de esquerda fortalecidos e bem organizados à época, como o PCB, chamado de “Partidão” e que elegeu até deputados estaduais. Em Goiás, os comunistas conseguiram eleger, pela sigla, José Porfírio, um líder de trabalhadores rurais que há anos sustentavam uma rebelião armada para garantir uma ocupação de terra devoluta, no médio norte goiano.

Na sequência, ainda dentro do primeiro pacote do projeto, passavam filmetos com imagens de bebês se esguelando de tanto chorar quando soldados, armados, os arrancavam violentamente dos braços das mães desesperadas - todos com características orientais (lembrando que acontecia na China uma revolução comunista). Outros filmes mostravam estudantes e sindicalistas. Estes, com imagens distorcidas e apresentados como comunistas e baderneiros para esse grande público das milhares de salas de cinema do país, pracinhas das periferias das grandes, médias e pequenas cidades, além dos grotões do Brasil.

E eu, menina de uns doze anos, chorei muito vendo essas cenas, sentada em um tamborete. Minha mãe e meus irmãos, vizinhos e todos da praça também choraram de emoção com as imagens de violência contra as crianças, as mães, as famílias. O medo do comunismo estava sendo implantado na cabeça da grande massa do povo brasileiro, que sequer sabia o que era isso.

Numa segunda etapa do projeto, nas mesmas salas de cinema e nos telões das pracinhas das periferias das cidades eram apresentados, agora, os “salvadores da pátria”. E desta feita, com a mesma qualidade técnica e maravilhosa cenografia, grandiosa eloquência, trilha sonora com músicas de alta qualidade, tecnologia muito superior à da indústria cinematográfica brasileira de então, os pequenos filmes exaltavam os militares do exército, marinha e aeronáutica como os verdadeiros heróis da pátria, aqueles que promoviam a ordem e o progresso, contrapondo-se com as fortes imagens do outro lado, caricaturando-os de “baderneiros comunistas” e sugerindo desordem e terror.

O outro grupo era mostrado com belas imagens de soldados do exército abrindo estradas de rodagem e ferrovias; de um navio singrando o mar, enquanto em background um coral cantava a Canção da Marinha: “Qual cisne branco que em noite de lua, vai deslizando num lago azul. O meu navio também flutua, nos verdes mares de norte a sul...”. Inesquecível também pela pura beleza.

A narração dos filmetos era feita pelo mais famoso locutor de notícias e documentários no Brasil durante 45 anos, Luiz Jatobá. E produzidas por um cineasta trazido da França exclusivamente para essa tarefa - Jean Mazon. Somadas a outras iniciativas, com o mesmo objetivo, junto a outros segmentos da sociedade como a sensibilização e organização das mulheres católicas. Criava-se no imaginário do brasileiro uma situação preparatória positiva a uma intervenção militar no Governo Federal. E, na madrugada de 31 de março para 1º de abril de 1964 acontece o golpe de Estado militar e civil no Brasil. Derrubam a democracia e implantam uma Ditadura Militar, que vai durar 21 anos.

Alguns dias depois, os estudantes do Colégio Estadual Prof. Pedro Gomes, um dos maiores e mais conceituados de Goiânia, onde eu e mais duas irmãs estudávamos, eram “convidados” a participar de um desfile fora de época, para saudar o Golpe Militar e a Ditadura, que chamavam de “Revolução”. Eu

não entendia o porquê de tantos colegas repudiarem o ato, em comícios relâmpagos realizados improvisadamente no pátio do colégio, na hora do recreio. Subindo em mesas ou cadeiras, os líderes estudantis conclamavam os colegas a não participarem do desfile. Eu os aplaudia, mas não entendia nada do que acontecia. E eu adolescente tímida, da periferia da cidade, recentemente vinda do interior, participei do desfile, realizado na Alameda dos Buritis, setor central da cidade, passando em frente à Assembleia Legislativa do Estado.

Em 26 de novembro de 1964, a mesma menina magricela com 15 anos de idade e cara de doze ainda morava na Fama. Era manhã de sol e céu limpo. De repente, um forte barulho não identificado toma conta da cidade e faz os seus moradores saírem às ruas olhando para cima e para os lados, na tentativa de identificar o que acontecia. Goiânia era sobrevoada por dezenas de aviões, em baixíssima altitude e enorme velocidade (eram helicópteros e caças a jato), provocando terror na comunidade.

Milhares de pessoas, incluindo eu e algumas de minhas irmãs, amigos e vizinhos fomos a pé para a Praça Cívica, no centro da cidade, onde fica o Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual. A multidão, aos gritos, mesmo amedrontada, pedia ao governador que resistisse. Mas em vista da ameaça dos militares de invadirem Goiânia, Mauro Borges se rende. Saiu da sede do governo e subiu numa kombi estacionada ali em frente, fez um breve e emocionado discurso e saiu carregado nos braços do povo, indo para a casa dos pais, que ficava ali perto.

“Acho que havia uns cinco batalhões e a brigada de paraquedistas em Brasília, pronta para agir. A força aérea tinha os caça a jato. Um deles tinha o Napalm, uma gasolina gelatinosa que pegava fogo em todo mundo. Uma coisa horrível”, disse o governador de Goiás à época, o tenente coronel do Exército Mauro Borges Teixeira, em entrevista ao jornal goiano “Opção”, publicada em 1998, quando ele já estava aposentado da política.

Naquele dia, eu vi pela primeira vez, ao vivo, no jardim externo do palácio, uma equipe de rádio fazendo a transmissão ao vivo do movimento pró resistência de Mauro Borges. Era a Rádio Brasil Central, emissora estatal, com grande alcance, integrando naquele momento a chamada Rede da Legalidade, que seguia a liderança de Leonel Brizola e tentava organizar uma resistência à ditadura. Naquele dia 16 de novembro de 1964, eu fiquei completamente encantada com o trabalho dos jornalistas da RBC, mal sabendo que, anos depois, iria integrar sua equipe e até a direção geral da emissora.

No início de 1968, já com 18 anos e ainda com cara e corpo de adolescente, continuava estudando no Colégio Pedro Gomes, mas já finalizando o Curso Clássico, que correspondia ao segundo grau de ensino e era preparatório a quem quisesse seguir carreira na área de Ciências Humanas. E, em meio às aulas de Filosofia, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e Geografia

Humana do Brasil, Inglês, Francês, Latim, Português e Literatura, eu também li, às escondidas, livros censurados, que foram oferecidos por colegas de classe. Na ditadura, era totalmente proibida a leitura ou mesmo porte de livros de autores considerados de esquerda, comunistas, “subversivos”. Na enorme lista constavam, por exemplo, todos os livros de Jorge Amado.

E, já entendendo um pouco sobre o que eram os diferentes sistemas políticos e de governo, orgulhosamente, pela primeira vez segui de braços dados com meus colegas de colégio numa passeata contra a ditadura, cantando o Hino Nacional, correndo de policiais para não apanhar. E foi assim também que, numa noite quente de verão, pela primeira vez, encarei de frente uma dupla de policiais armados com fuzis, que corriam e gritavam atrás dos jovens estudantes, pelas ruas da velha Campininha.

“Corre! - gritaram pra mim que, cansada de correr rua abaixo e acima, atrevidamente decidi encará-los e, fazendo jus ao meu apelido, disse-lhes “Não! Não vou correr!” e os soldados do Exército, que desciam às dezenas de caminhões, vestidos e armados como se fossem para uma guerra, por certo me tomaram apenas como uma moleca atrevida e desistiram de continuar me ameaçando. “Ah, deixa essa menina prá lá! Vamos correr atrás dos outros e gritar alto para provocar medo” - disse um deles ao outro, seguindo correndo e aos berros como se fossem mesmo os animais irracionais que pareciam ser.

Fiz Jornalismo na Universidade Federal de Goiás, participei ativamente do movimento estudantil universitário e participei de um grupo de teatro de protesto. Vi a sede do nosso DCE ser derrubada por patrôas; namorei Wilmar Alves, um jovem jornalista que era Diretor da Rádio Universitária da UFG e filiado ao PCB; e estava com ele numa sala da Reitoria da UFG quando foi chamado pelo nome na porta da sala da Assessoria de Imprensa. Foi sequestrado e não percebi. Esperei por sua volta até me cansar, chorei e tive medo. Era noite de 12 de julho de 1972.

Soube notícias de meu namorado somente sete dias depois de desaparecido. Estava preso no então 10º BC - Batalhão de Caçadores -, hoje 42º BIMTz - Batalhão de Infantaria Motorizada. E ali, numa cela ao lado da sua, no dia 09 de agosto do mesmo ano - 1972 -, foi assassinado sob tortura um jovem de apenas 18 anos, que se chamava Ismael Silva de Jesus, cujo codinome era Olavo. Ele foi muito torturado porque queriam que entregasse o nome de todos os seus companheiros de partido em Goiânia, considerando que os militares já sabiam que aquele menino magricelo era o bibliotecário do PCB. Ele foi entregue à família com um olho furado, unhas arrancadas e o corpo todo marcado por hematomas provocados pelos choques elétricos e queimaduras.

Me escondi na mesma noite em que por trás da fresta de uma porta, na casa de meus pais, vi um colega acompanhando policiais que me procuravam.

Me vesti de homem e, ao lado de um tio, com um cigarro na mão, passei ao lado do carro deles, estacionado debaixo de uma árvore, sem que percebessem quem eu era. Depois fiquei uns quinze dias fora de Goiânia e voltei para acompanhar a prisão do meu namorado, pois sabia que se ele não fosse encontrado e visitado, corria muito risco de sofrer ainda mais torturas e ser até morto ou “desaparecido”.

Passei mais quatro meses fazendo uma verdadeira via sacra entre possíveis presídios de Brasília, para onde foi transferido após a morte de Ismael. Minha dor e nervosismo eram tamanhos, que quando “descobria” para onde o levaram, sem dar explicações do paradeiro, minhas pernas magras batiam com os joelhos uma na outra, estalando os ossos. Eram onze jovens de Goiânia nesse mesmo processo: Abrão Marcos da Silva, Benito Damasceno, Eli Moreira Borges, João Silva Neto, Luiz Carlos Vieira, Paulo Arruda Villar, Washington Luiz Teixeira Rabelo e Wilmar Antonio Alves. Mas outros presos políticos lotavam os porões da ditadura militar.

No dia 26 de novembro de 1972, Wilmar foi solto. Nos casamos 20 dias após a sua saída desse primeiro período de prisões e torturas. Eu pesava apenas 39 quilos e ele 42. Dois anos depois, o primeiro filho - Olavo, numa homenagem nossa ao outro Olavo que havia sido morto no Quartel do Exército de Goiânia - estava com apenas três meses de idade. Mas Wilmar ficou preso novamente por mais seis meses. Agora cumprindo pena no Centro Penitenciário Agro-Industrial de Goiás - Cempaigo. E, o promotor do julgamento militar recorre, ganha e aumenta a penalidade. Tiveram que cumprir mais seis meses de prisão para que fosse solicitada a liberdade condicional. E nosso Olavo, o primeiro filho, aprendeu a andar nos corredores da prisão onde por mais nove meses, todos os domingos, visitamos seu pai. 29 anos depois, Olavo entrou para a equipe de Lula no Palácio do Planalto e só saiu junto com Dilma, já careca e com dois AVCs. Agora, ele está de volta à equipe de Lula, como secretário executivo do Ministério de Relações Institucionais, junto com o Ministro Alexandre Padilha, que também é filho do ex-presu político Anivaldo Padilha.

Hoje estou viúva. Wilmar morreu há 17 anos, de um AVC fulminante, em Brasília, onde morávamos e ele trabalhava no Correio Braziliense. Tenho mais dois filhos - Frederico e Guilherme - e duas netas - Bárbara e Ana Júlia. Junto com o Wilmar, trabalhamos pela organização do Partido dos Trabalhadores no Estado. Ele foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás e diretor da Fenaj. E sou eu quem, agora, integro a diretoria do Diretório Municipal do PT e do Sindjor Goiás, de cuja Comissão da Verdade fui secretária. Escrevi cinco livros; faço licores artesanais do cerrado junto com uma irmã; e continuo a esperar: com flores na cabeça e um sorriso no rosto, mesmo com 75 anos de idade e o dobro do peso da época da juventude, desço as ruas de Goiânia, dançando e cantando pela verdadeira libertação da mulher, como a Guardiã do Manifesto do bloco feminista carnavalesco goiano “Não é Não”.